

ANTÓNIO DA COSTA LOPES

**DOUTOR EM FILOSOFIA
PROFESSOR DE FILOSOFIA E LETRAS**

GIL VICENTE E O PAPA

**2.^a EDIÇÃO
REVISTA E AUMENTADA**

**BRAGA
1 9 6 5**



GIL VICENTE E O PAPA

Do mesmo autor:

- Gomes Pereira. Estudo bio-bibliográfico. Barcelos, 1950.
- Pequena história dum grande seminário. Braga, 1950. Esgotado.
- Gil Vicente e o papa. Braga, 1965 (2.^a edição).
- Realismo do senso comum e realismo da ciência na filosofia de Meyerson. Braga, 1959.
- Martim de Ginzo, jogral português. Braga, 1963 (2.^a edição).
- Meyerson e a teoria do conhecimento. Braga, 1961.
- O pessimismo filosófico de António Feijó. Braga, 1962.
- A naturalidade portuguesa do jogral Martim de Ginzo. Anotações críticas. Braga, 1964.
- Existencialismo e literatura. Braga, 1965.

ANTÓNIO DA COSTA LOPES

DOUTOR EM FILOSOFIA
PROFESSOR DE FILOSOFIA E LETRAS

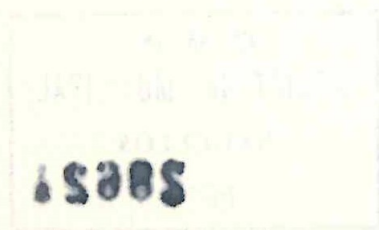
GIL VICENTE E O PAPA

2.^a EDIÇÃO
REVISTA E AUMENTADA



Perm. Barcelos

BRAGA
1 9 6 5



Separata da revista
CENACULO,
2.ª série, V (1965-1966)

Objecto de uma conferência pronunciada em 1947, o presente estudo foi publicado depois, em 1951, suscitando algum interesse em ambas as datas.

As comemorações centenárias de Gil Vicente, em curso neste ano de 1965, deram-me ocasião de rever o trabalho. Aqui o apresento, pois, em edição nova, com modificações e acréscimos acidentais.

Novembro de 1965.

O AUTOR

I

INTRODUÇÃO

Uma das notas características do povo português é, sem dúvida, a maledicência.

«O gosto português de dizer mal», «a maledicência miudinha, mastigadinha, [...] que é, entre portugueses, vício de raça»... — deste modo se exprime um grande escritor dos nossos dias ¹. Nem faltou até, igualmente em nossos dias, quem chegasse ao ponto de dizer que isto de referências mordazes e de brincar com as coisas sérias «sempre foi para nós a expressão mais cativante da boa-disposição, — e oxalá o seja indefinidamente, porque isso significará que não trocamos o nosso natural» ². Enfim, não nos falta sequer a sentença latina segundo a qual *maledicere lusitanum est* ³.

E, na verdade, o asserto encontra justificação na literatura portuguesa, logo desde os seus primórdios: na época trovadoresca, lá estão as *cantigas de maldizer e de escárnio*, porventura as mais cruel e impudentemente satíricas da literatura mundial.

Continuando, depois, nos poetas do *Cancioneiro geral*, a ironia caus-ticante assume, em Gil Vicente, aquela modalidade mais fina e menos

¹ Antero de FIGUEIREDO, respectivamente em *Pessoas de bem*, Lisboa, 1942, p. 262, e *Senhora do Amparo* ³, Paris-Lisboa, 1920, p. 185.

² Joaquim de CARVALHO, *Estudos sobre a cultura portuguesa do século XVI*, II, Coimbra, 1948, p. 275.

³ Leio-a, por exemplo, em nota da p. 321 do vol. IV das *Obras completas* de GIL VICENTE, ed. MARQUES BRAGA. É desta edição que me sirvo neste trabalho (vo.s. I-V, 3.^a ed., Lisboa, 1958-1963; vol. VI, 2.^a ed., Lisboa, 1955).

indecorosa, por um lado, e, por outro, mais extensiva — de tal modo, que não poupa judeus nem alcoviteiras, plebeus nem fidalgos, reis nem imperadores, frades nem ermitães, simples clérigos nem altos dignitários da Igreja, desde o bispo ao romano pontífice.

Pelo que concerne aos chefes supremos da Cristandade, uma coisa é certa e de todos sabida: nem sempre procederam à altura de tão excelso cargo, naqueles desvairados tempos da Renascença. Não é caso, portanto, de aplicar a Gil Vicente o que ele mesmo escreveu no *Triunfo do Inverno* ⁴:

*De nenhum bem dizem bem,
nem o sabem conhecer,
murmuram sem entender.*

Compreende-se, efectivamente, que o poeta fosse conhecedor dos lamentáveis desmandos que atribui a alguns dos sumos pontífices daquela época — ele que durante mais de trinta anos fez companhia a dois monarcas sucessivos que, como toda a gente sabe, mantinham relações estreitas com a Santa Sé.

Quanto ao primeiro desses monarcas — D. Manuel —, não é de esquecer o seguinte facto, narrado por Damião de Góis e conhecido, como é natural, de Gil Vicente: foi o caso que, tendo D. Manuel de Portugal e D. Fernando de Castela «certas informações» da «muita soltura de viuer» da corte romana do papa Alexandre VI, isso os levou a que «cada hũ delles, per seus embaixadores, mandasse amoestar ho Papa, & pedirlhe quomo obedientes filhos da Egreja catholica, que quisesse poer ordem, & modo na desuluçam de vida, costumes, & expedição de breues buluas, & outras cousas que se em corte de Roma trattauam de que toda ha Christãdade regebia scãdalo» ⁵.

Ainda quanto ao reinado de D. Manuel, vem a propósito a referência da *Exortação da guerra* ao

*. alifante
que foi a Roma tão galante* ⁶.

⁴ *Obras completas*, IV, p. 321.

⁵ Damião de GÓIS, *Crónica do felicíssimo rei D. Manuel*, ed. J. M. TEIXEIRA DE CARVALHO — D. LOPES, parte I, Coimbra, 1926, cap. XXXIII, p. 64.

⁶ *Obras completas*, IV, p. 137.

Alude Gil Vicente, nem mais nem menos, à embaixada de D. Manuel ao papa Leão X, da qual também Damião de Góis nos deixou notícia:

«No fim do anno passado, de mil, & quinhentos, & treze, ordenou elRei q̃ fosse a Roma por ẽbaixador Tristão da cunha, pera dar obediência aho Papa Leão deçimo, a quem quomo per premiças das nauegações da India mādou per elle hum presente».

Da oferenda, tão complicada como preciosa (*insolita ac prorsus magnifica munera*), fazia parte um elefante cujas *galantarias* também conhecemos pelo cronista ⁷.

Reinava D. João III quando foi escrita a *Farsa dos almocreves* (1526?). Nela ⁸, assim se dirige o Fidalgo ao Capelão:

*Anda El-Rei tão ocupado
co' este Turco, co' este Papa,
[.]
que não acho vau azado,
porque tudo anda solapa.*

As *ocupações* a que se refere o extracto podem avaliar-se pela correspondência havida, em 1526, entre D. João III e Clemente VII: no *Corpo diplomático português* ⁹ encontram-se nada menos que uma bula e cinco breves dirigidos pelo pontífice ao monarca, e uma carta deste àquele, datada de 28 de Junho do referido ano ¹⁰.

⁷ Cf. a *Crónica* cit., ed. cit., parte III, Coimbra, 1926, cap. LV, p. 185, e Cardeal SARAIVA, *Obras completas*, V, Lisboa, 1875, pp. 113-114. No cit. cap., p. 187, D. de Góis narra que, «em ho Elephante chegando aho Castello ante ho Papa, que estaua a hũa janella do mais baixo apousento delle, com algũs Cardeaes, fazendo sua reuerência tres uezes, tomou aguo a na trõba de hũa grande dorna, que pera isso ali estaua chea, & ha lançou tão alta, q̃ passando a çima da janella onde ho Papa estaua, foi dar nas outras em q̃ per tres vezes borrifou muitos Cardeaes, & outras pessoas de qualidade q̃ nellas estauão, & voltandosse pera ho pouo que ho tinha çercado fez ho mesmo, tanto á sua vontade que sairão dali hos mais bem molhados». E no cap. LVI, p. 188, conta que o papa «esteue hum bom pedaço, vendo has habilidades, de que ho Elephante vsaua».

⁸ *Obras completas*, V, p. 347.

⁹ Tomo II, publicado por L. A. REBELO DA SILVA, Lisboa, 1865, p. 264 e seguintes.

¹⁰ É elucidativo o que nesta carta se diz, logo após a saudação: *In quanto dis-*

É, pois, fora de dúvida que Gil Vicente estava apto para, com conhecimento de causa, vibrar os anátemas da irrisão e da crítica severa contra o que julgava menos próprio da cúria romana. Nem se vê que seja preciso recorrer a empréstimos estrangeiros, a influências erásmicas ou luteranas, para explicar o procedimento do grande comediógrafo: estava-lhe no sangue a característica mordacidade portuguesa; assim como D. Manuel, pelo facto de improvar o que em Roma havia de censurável, não deixou de pertencer ao número dos «obedientes filhos da Igreja catholica», o mesmo se diga do famoso dramaturgo que trabalhou na corte desse monarca; e, se um rei português e católico manifestou a sua improvação por meio de embaixadores ao papa enviados, não é de estranhar que um genial comediógrafo, também católico e português, a manifestasse a seu modo, no desempenho da sua arte.

crimine Res Ungarica sit, quantique afferantur terrores a Turc'is, ut non solum paratum, verum etiam illatum bellum, pene iam esse videatur, tum ex literis Beatitudinis tuae, exemplisque aliarum literarum, ac ipsius quoque Ungariae Regis significatione, tum ex iis, quae Michael Sylvius consiliarius et scriba noster ab archanis nobis tuo nomine miserabiliter retullit [sic], cum summo animi nostri dolore intelleximus (ibid., p. 268).

II

A CRÍTICA VICENTINA

Quando, esporadicamente, se refere ao papa, Gil Vicente fala deste como de um opulento senhor. Assim, na *Farsa dos almocreves*¹¹, o Capelão dirige esta censura ao «fidalgo de muito pouca renda»:

*Trazeis seis moços de pé
e acrecentai-los a capa,
coma rei, e por mercê,
não tendo as terras do Papa,
nem os tratos de Guiné;*

e, no *Templo de Apolo*¹², é o Porteiro que responde ao Vilão desejoso de entrar:

*Pues aun que fueses criado
del Papa, que es gran señor,
[.]
en este templo sagrado
no entrarás, labrador.*

¹¹ *Obras completas*, V, p. 338.

¹² *Ibid.*, IV, pp. 183-184.

No entanto, o dramaturgo reconhece que, no próprio múnus pontifício, nem tudo é desafogo; porquanto, no *Clérigo da Beira* ¹³, o Negro confessa que tudo é cansa, neste vale de lágrimas:

senhor grande, cansa;
home prove, cansa;
mulher feroso, cansa;
mulher feio, cansa;
[.]
Papa na Roma, cansa.

Esta arenga, estropiada mas conceituosa, faz lembrar aquela sentença da *Imitação de Cristo* ¹⁴: «Ninguém vive no mundo sem alguma tribulação ou angústia, ainda que seja rei ou papa».

A ostentação dos romanos pontífices é moda com que o poeta de maneira nenhuma transige, como se vê em certo passo do *Auto da feira* ¹⁵, no qual o Serafim os aconselha a absterem-se de pompas desedificantes e a imitarem a simplicidade dos papas primitivos:

A' feira, á feira, igrejas, mosteiros,
pastores das almas, Papas adormidos;
compra aqui panos, muda os vestidos,
busca as çamaras dos outros primeiros
os antecessores.
Faíra o carão que trazeis dourado;
ó presidentes do crucificado,
lembrae-vos da vida dos sanctos pastores
do tempo passado.

Sendo tão faustoso o viver dos papas da Renascença, a maior aspiração de eclesiásticos ambiciosos era a de virem, um dia, a sentar-se na cadeira de Pedro. Mas também sobre estes megalómanos pesou a mordacidade do escalpelo vicentino:

¹³ *Ibid.*, VI, pp. 25-26.

¹⁴ Livro I, cap. XXII. Sirvo-me da tradução de A. CARDOSO, Porto, 1945.

¹⁵ *Obras completas*, I, pp. 205-206.

No *Sermão* ¹⁶ de Abrantes, é-nos representado um enfermo que, nos paroxismos da agonia, ainda sonha com grandezas:

*Quierome ir á Roma, quiero arcebispar:
Quiero ser Papa... [.];*

no *Auto da barca da glória* ¹⁷, o Diabo acusa o Arcebispo de ter passado a vida inteira afogado em desejos de *papar*, isto é, de ascender ao pontificado supremo:

*Vos, Arzobispo alterado,
teneis acá que sudar:
moristes muy desatado,
y en la vida ahogado
con deseos de papar;*

e, ainda no mesmo *Auto* ¹⁸, o Cardeal é incriminado pelo «Arrais do Inferno», por ter morrido chorando por não ser papa sequer dois dias:

*Domine Cardinalis,
entre vuestra Preeminencia,
ireis ver vuessos iguales
á las penas infernales,
haziendo su penitencia:
pues moristeis
llorando porque no fuisteis
siquiera dos dias papa.*

Mas não era só a nímia opulência que o trovador fustigava. Assim, no *Auto da feira* ¹⁹, Roma declara ao Diabo, arrependida:

*... a trôco do amor
de Deos, te comprei mentira,
e a trôco do temor
que tinha da sua ira,*

¹⁶ *Ibid.*, VI, p. 191.

¹⁷ *Ibid.*, II, p. 154.

¹⁸ *Ibid.*, II, p. 159.

¹⁹ *Ibid.*, I, p. 216.

*me deste o seu desamor:
e a trôco da fama minha
e sanctas prosperidades,
me deste mil torpidades;
e quantas virtudes tinha
te troquei pelas maldades;*

no *Auto da barca da glória* ²⁰, é o mesmo acusador infernal que lança em rosto, ao Papa, a luxúria, a soberba e a simonia que lhe dificultam a salvação:

*Lujuria os desconsagró,
soberbia os hizo daño;
y los mas que os condenó,
simonía con engaño;*

e, na desenfiada linguagem do mentecapto da *Nau de amores* ²¹, também o papa é um dos que

...vão na caravella.

Citarei, finalmente, mais alguns pontos da obra vicentina, em que é censurada com desabrimento a incúria espiritual dos sumos pontífices:

No *Auto da barca da glória* ²², a Morte usa, para com o Papa, destes termos visivelmente sarcásticos:

*Vos, Padre sancto, pensastes
ser immortal? Tal os vístes,
nunca me considerastes,
tanto en vos os enlevastes,
que nunca me conocistes.*

²⁰ *Ibid.*, II, p. 164.

²¹ *Ibid.*, IV, p. 89.

²² *Ibid.*, II, p. 162.

No *Auto da feira*, Roma vai, como freguesa, ao mercado da Virgem, «comprar paz, verdade e fé» ²³:

*Vejamos se nesta feira,
que Mercurio aqui faz,
acharei a vender paz,
que me livre da canseira
em que a fortuna me traz.
Se os meus me desbaratão,
o meu socorro onde está?
Se os Christãos mesmos me matão,
a vida quem m'a dará,
que todos me desacatão?* ²⁴

Resposta do Serafim:

*... se vós a paz quereis,
senhora, sereis servida,
e logo a levareis
a trôco de sancta vida;
mas não sei se a trazeis.*

²³ *Ibid.*, I, pp. 213-214. A ideia de «compras espirituais», que domina todo o *Auto*, não é inovação de Gil Vicente. Leia-se, por exemplo, este passo da *Imitação de Cristo* (l. III, cap. XXXII, da cit. tradução portuguesa): «Se queres ser rico, aconselho-te que me compres ouro provado no fogo, isto é, a sabedoria celeste, que calca aos pés todas as coisas da terra [...]. É dizer, que debes comprar as coisas mais vis pelas preciosas e altas aos olhos dos homens». Note-se, ainda, que as primeiras palavras do extracto pertencem ao *Apocalipse* de S. JOÃO (III, 18), onde se lê: *Suadeo tibi emere a me aurum igitum probatum, ut locuples fias*.

²⁴ Clara referência ao escandaloso saque de Roma pelo exército imperial. Ao contrário do que pensa João MENDES (*Monte Parnaso — Monte Carmelo*, Braga, 1945, pp. 65-66), não vejo nesta referência motivo para acrescentar um ano à data que se lê na rubrica inicial do *Auto da feira*: «A obra seguinte [...] Foi representada [...] ás matinas do Natal, na era do Senhor de 1527». Na verdade, tendo o saque principiado em Maio de 1527 e acabado em Fevereiro de 1528, é mui natural que Roma, no Natal intermédio (1527), se lastimasse (com o verbo *trazer* no presente!) da

. canseira
em que a fortuna me traz.

Cf. ROHRBACHER, *Histoire universelle de l'Église Catholique* ⁵, t. XII, Paris, 1869, p. 131, e P. PASCHINI, na *Enciclopedia cattolica*, vol. X, Vaticano, 1953, s. v. *Roma*, col. 1168.

No *Auto da Mofina Mendes* (*Obras completas*, I, p. 143) há outra referência de

*Porque, Senhora, eu me fundo
que quem tem guerra com Deos,
não póde ter paz c'o mundo;
porque tudo vem dos ceos,
daquelle poder profundo.*

[.]

*Senhora, a quem Deus dá guerra,
grande guerra faz a Deos,
que he certo que Deos não erra.
Vêde vós que lhe fazeis,
vêde como o estimais,
vêde bem se o temeis;
atentae com quem lutaís,
que temo que caireis ²⁵.*

Igualmente exprobratórias são as palavras de Mercúrio ²⁶, que transcreverei adiante, em ocasião mais oportuna.

Gil Vicente ao «saco em Roma»; o mesmo se diga de Garcia de RESENDE, na *Miscellanea*, ed. de Coimbra, 1917, com prefácio e notas de MENDES DOS REMÉDIOS, pp. 88-89.

²⁵ *Obras completas*, I, pp. 217 e 219. Escrevendo as palavras do último verso — «temo que caireis» —, Gil Vicente não duvidou da perpetuidade da Igreja e do supremo pontificado; referiu-se, apenas, à crise da sua situação e à decadência do seu prestígio. O mesmo sentido têm as palavras de D. Fr. Bartolomeu dos Mártires, quando dizia ter ido ao Concílio de Trento a fim de «acudir à Igreja universal, que está pera cair» (cf. Fr. Luís de SOUSA, *Vida de Dom Frei Bartolomeu dos Mártires*, vol. I, Lisboa, 1946, p. 176).

²⁶ *Obras completas*, I, pp. 219-220.

III

A ORTODOXIA DE GIL VICENTE E A QUESTÃO DAS INDULGÊNCIAS

De quanto fica dito, esta conclusão se pode já inferir: Gil Vicente não verberou a Igreja, mas o procedimento repreensível de *alguns* chefes da Igreja; não a Sociedade, a Instituição, mas a indignidade *dalguns* superiores ²⁷. Não tocou, portanto, nem de leve sequer, o âmbito dos princípios, da doutrina: foi, por conseguinte, um verdadeiro ortodoxo ²⁸.

Comprova esta asserção o facto de o genial dramaturgo haver usado certo comedimento nos remoqueos infligidos contra os sucessores de Pedro.

Com efeito, depois de, no *Auto da feira* e no *Auto da barca da glória*, ter sujeitado Roma e o Papa às evoluções molestadoras do enredo, trama um desfecho mais benigno e decente: no primeiro daqueles *autos* ²⁹, Mercúrio termina aconselhando Roma a *toucar-se* pelo espelho da vida e das virtudes de Nossa Senhora; no segundo ³⁰, o Papa, invocando o Senhor crucificado e a Senhora das Dores, obtém o paraíso.

²⁷ *Dalguns* — repito. E, a propósito, é de observar que, no *Auto da barca da glória*, não é pura e simplesmente o *Papa* que figura, mas, antes, «um *Papa*» (cf. *Obras completas*, II, p. 162: «*Vem a Morte e traz um Papa*»). Sobre isto cf. A. E. BEAU, *Estudos*, I, Coimbra, 1959, pp. 116, 212-213.

²⁸ Sobre o conceito de *ortodoxia* e *heterodoxia* cf. WETZER-WELTE, *Dictionnaire encyclopédique de la théologie catholique*, trad. I. GOSCHLER, 3.^a ed., t. XVI, Paris, 1870, pp. 454-458, s. v. *Orthodoxie*.

²⁹ *Obras completas*, I, p. 220.

³⁰ *Ibid.*, II, pp. 166-169.

Note-se, ainda, que Gil Vicente, por vezes, aludindo aos romanos pontífices, não pretendia alvejá-los directa e exclusivamente:

No último *Auto* citado (a própria rubrica o declara), «trata se per dignidades altas» ³¹. Efectivamente, no decorrer da peça, os representantes das classes superiores — v. g., o Imperador e o Rei — passam pelos mesmos transeles que o Papa, são ameaçados, como ele, das penas infernais e, como ele, conseguem finalmente a salvação. E, quanto ao Rei, é mesmo de notar que ele «tem parecença inconfundível com D. Manuel I, diante de quem o auto foi representado» ³².

No *Clérigo da Beira* ³³, o poeta fala, no mesmo verso, do rei e do papa:

Cœli enarrant gloriam Dei,
não cuide Papa nem Rei
que está no cume da serra.

E, no *Auto da feira*, depois de zurzir os «presidentes do crucificado», invectiva os potentados civis nestes termos:

O' Principes altos, imperio facundo,
guardae-vos da ira do Senhor dos Ceos;
comprae grande somma do temor de Deos
na feira da Virgem, Senhora do mundo,
exemplo da paz,
pastora dos anjos, luz das estrellas ³⁴.

*

* *

A propósito vem, neste lugar, a *questão das indulgências* ³⁵, pois também elas foram objecto da crítica vicentina.

³¹ *Ibid.*, II, p. 125.

³² Aubrey F. G. BELL, *A literatura portuguesa*, trad. A. de CAMPOS — J. G. de BARROS E CUNHA, Coimbra, 1931, p. 149, nota (1).

³³ *Obras completas*, VI, p. 6.

³⁴ *Ibid.*, I, p. 206.

³⁵ Segundo o cân. 911 do *Codex iuris canonici* (cf. J. A. MARTINS GIGANTE, *Direito sacramental*, Braga, 1959, pp. 200-201), entende-se por *indulgência* a remissão, perante Deus, da *pena* temporal devida pelos pecados já perdoados quanto à *culpa*, remissão concedida do tesouro da Igreja pela autoridade eclesíastica, aos vivos por modo de absolvição e aos defuntos por modo de sufrágio. Não se trata, portanto, de

Há que diferenciar, antes de mais, a *crítica dos abusos* cometidos na concessão e pregação das indulgências, e a *negação do poder pontifício* de as conceder.

Tendo presente que a *primeira* nada encerra de heterodoxo, vejamos como o nosso dramaturgo verberou o chamado «comércio das indulgências»:

No *Auto dos Reis Magos* ³⁶, o pastor Valério dirige a Frei Alberto estas palavras, em que é visível o motejo à traficância das bulas:

*Buldas deveis de traer
á vender,
que os estais chacorveando.*

No *Auto da feira* ³⁷, Roma pretende comprar a «paz dos ceos» a troco de indulgências («perdões», «remissões») e jubileus:

*A trôco das estações
não fareis algum partido,
e a trôco de perdões,
que he thesouro concedido
pera quaesquer remissões?
Oh! vendei-me a paz dos ceos,
pois tenho o poder na terra.
[.]
Assi que a paz não se dá
a trôco de jubileus?*

remissão da *culpa*, que já se supõe perdoada; e as obras prescritas para se lucrarem as indulgências não são *causa* pela qual é remida a pena temporal, mas apenas mera *condição* exigida pela Igreja. Assim se vê a impropriedade com que se fala de «*indulgência plenária de culpas* [...] em troca da paga, já se vê, de certas esmolas, visitas de certas igrejas, e outras práticas prescritas» (tal é o caso de Carolina MICHAËLIS DE VASCONCELOS, *Notas vicentinas*, Lisboa, 1949, p. 16).

Sobre a noção e a história das indulgências cf. o art. *Indulgences* de P. GALTIER, no *Dictionnaire apologétique de la foi catholique* de A. D'ALÈS, t. II, Paris, 1924, cols. 718-752.

³⁶ Não no *Auto de S. Martinha*, como escreveu Júlio DANTAS em folhetim d'O Comércio do Porto de 29-XII-1935. Cf. *Obras completas*, I, p. 38.

³⁷ *Obras completas*, I, pp. 218-220.

A resposta é do «deos das mercadorias»:

*O' Roma, sempre vi lá
que matas peccados ca,
e leixas viver os teus.
Tu não te corras de mi:
mas com teu poder facundo
assolves a todo o mundo,
e não te lembras de ti,
nem ves que te vas ao fundo* ³⁸.

Nestes versos (é de João Mendes a observação) Gil Vicente exprime, com ironia cruel, os murmúrios populares contra as indulgências; tais murmurações, porém, longe de serem privativas de Lutero e dos protestantes, andavam na boca de muita gente ortodoxa ³⁹.

Alusiva às indulgências, compôs Gil Vicente uma outra peça, desde há muito perdida, com o título berrante de *Jubileu de amor*.

Representada, segundo averiguou Carolina Michaëlis ⁴⁰, em 1531, em Bruxelas, para celebrar o nascimento do príncipe D. Manuel, escandalizou de tal forma o cardeal Aleandro, núncio da Alemanha, que este escreveu para Roma:

«Aí [= em Bruxelas] foi representada perante toda a assembleia uma comédia em castelhano e português, de má espécie, que sob o título de *Jubileu de Amor* era sátira manifesta contra Roma, e punha pontos nos *ii* (designando as coisas claramente): que de Roma e do Papa não vinham senão traficâncias de indulgências, e quem não dava dinheiro não sòmente não era absolvido, mas até excomungado sempre de novo. Assim começou; assim continuou; e assim acabou a comédia [...]. *Julgava achar-me dentro da Saxónia e ouvir Lutero ou estar no meio dos horrores do Saque de Roma*» ⁴¹...

³⁸ Cf. a nota 25, acima.

³⁹ Cf. João MENDES, *obra cit.*, p. 68.

⁴⁰ *Notas vicentinas*, ed. cit., p. 9 e seguintes.

⁴¹ Sigo a tradução do original italiano publicada nas cit. *Notas vicentinas*, pp. 13-14.

Como se vê, também aqui não há o menor indício de heterodoxia doutrinal: censurando as «traficâncias de indulgências», o poeta versou apenas uma questão de disciplina.

Ainda assim, para evitar quaisquer dúvidas que a parte final do transunto possa motivar, ouçamos o que a propósito escreveu João Mendes:

«Composta, segundo D. C. Michaëlis, um ou dois anos depois do *Auto da Feira*, e como do texto pouco ou nada se conhece, tudo nos leva a crer que a peça [*Jubileu de amor*] teria as mesmas características e espírito que o auto acima citado; quando muito, seria mais audaciosa na mordacidade, pois para causar a indignação do Núncio bastava.

[...] Não era a mesma coisa atacar os Papas em Lisboa ou em Bruxelas. Aqui, andavam as lutas com o protestantismo em plena efervescência, e tocar em questões de jubileus fàcilmente soaria a heterodoxo.

E foi o que realmente aconteceu. Como o Cardeal Aleandro manifestasse estranheza perante as liberdades da peça, responderam-lhe que ela já fora representada perante a corte portuguesa, e que agora a tinham levado à cena por falta de outra. Quer dizer: na catolicíssima corte de Lisboa, ninguém tinha estranhado as graças irreverentes do auto. Sossegasse, pois, S. Eminência quanto às aparências escandalosas.

[.]

Além disso, o mesmo Cardeal, «mais papista do que o próprio Papa» — como nota D. Carolina Michaëlis — no seu zelo da fé e conhecida aversão a Erasmo, propenderia a descobrir, fàcilmente, hereges e erasmistas. Não admira, portanto, que sobretudo ele se escandalizasse, enquanto outros prelados, que assistiam à representação, aplaudiam e riam francamente, conforme conta André de Resende, espectador também, no seu *Genethliacon Principis Lusitani*» ⁴².

Resta agora mostrar que nunca Gil Vicente contestou o *poder pontifício* de conceder indulgências, nomeadamente as aplicáveis aos defuntos ⁴³.

⁴² João MENDES, *obra cit.*, pp. 72-74. Haja-se em vista, ainda, o testemunho de Grisar (cit. por C. MICHAËLIS DE VASCONCELOS, *Notas vicentinas*, p. 48), para quem o cardeal era um acusador zeloso de mais (*übereifriger Ankläger*).

Com as observações de J. Mendes estão de acordo as de Joaquim de CARVALHO (*obra cit.*, II, pp. 277-278) e A. E. BEAU (*obra cit.*, I, pp. 103-104).

⁴³ Ao contrário do que afirmou Júlio DANTAS em folhetim d'O *Comércio do Porto* de 8-XII-1935. No mesmo jornal, em 4-VI-1937, veio o relato duma conferência em que o citado A. aludiu à *oposição* de Gil Vicente ao pretendido efeito das

Vejamos:

Em 1506 (?), no paço de Abrantes, pregou Gil Vicente um *Sermão* ⁴⁴ «feito à cristianíssima Rainha D. Leonor», à volta de certa frase latina rabiscada numa parede do mesmo paço; porquanto às palavras do tema — *Non volo, volo et deficior* — o divertido pregador ajunta, a servir de comentário: *Habentur verba ista originaliter in pariete istius aulae, quae scripsit aliquis stultus*.

A primeira das três partes do *Sermão* — a que presentemente nos interessa — é o desenvolvimento das palavras temáticas *non volo*. Aí, o poeta declara, pura e simplesmente, não querer discutir muitos problemas, sobretudo teológicos: é sua vontade «dejar los secretos de especulacion», como ele próprio confessa ⁴⁵.

Um desses problemas é, precisamente, o das indulgências. Não quero — dizia Gil Vicente —

*ni alegar texto antigo ó moderno,
si el Papa si puede dar tantos perdones.
[.]
ni disputar si el Romano Papado
tiene poderío en el Purgatorio* ⁴⁶.

É tão claro o texto e o contexto deste passo do *Sermão*, que a sua exegese não comporta mais que um sentido, tão óbvio como único:

remissões canónicas «post mortem», expressa na afirmação de que «o romano Papado não tem poderio no Purgatório»; o ilustre conferente, ao que parece, cria também que Gil Vicente pôs em dúvida «que Roma pudesse dar tantos perdões». Posteriormente, noutro folhetim publicado no mesmo jornal em 27-VI-1937, Júlio DANTAS declarava que Gil Vicente se manifestou contra o pretendido efeito das remissões canónicas «post mortem», insinuando que «o romano Papado não tinha poder sobre as penas do Purgatório». Mais recentemente ainda, em artigo d'O *Primeiro de Janeiro* de 11-III-1948, voltou o mesmo A. a insistir no seu ponto de vista.

Vamos ver que o poeta não contestou, nem se opôs, nem afirmou, nem pôs em dúvida, nem sequer insinuou.

⁴⁴ *Obras completas*, VI, pp. 179-196.

⁴⁵ *Ibid.*, VI, p. 186. Cf. J. de CARVALHO, *obra cit.*, II, pp. 233, 235, 256-258, e I. S. RÉVAH, *Les sermons de Gil Vicente. En marge d'un opusculé du professeur Joaquim de Carvalho*, Lisboa, 1949, pp. 28-33. Nesta última obra, pp. 22-23, 38, o seu ilustre A. põe em dúvida que o *Sermão* seja de 1506.

⁴⁶ *Obras completas*, VI, pp. 184-185. Conforme acertadamente observou J. MENDES (*obra cit.*, p. 64; cf. também *Brotéria*, XXV (1937), p. 216), o segundo *si* do extracto deve ser corruptela de *asi*, de modo que o verso, emendado, ler-se-ia: «si el Papa asi puede dar tantos perdones». Neste caso, o *asi* refere-se a acontecimentos que estavam decorrendo e à maneira desastrada com que, muitas vezes, se pregavam as indulgências.

Gil Vicente apenas se declarou alheio à questão das indulgências e jamais contestou ou pôs em dúvida a faculdade pontifícia de as conceder em proveito das almas do purgatório.

E, se lugar houvesse para suposições ou insinuações, mais facilmente se deveria conjecturar que o poeta reconheceu aquele poder pontifício. Na verdade, nunca Gil Vicente pôs em dúvida a Imaculada Conceição de Nossa Senhora — o que não obstou a que, no *Sermão*, pusesse também de parte essa questão:

*No quiero mover question teologal,
[.
. . .] si [o Verbo] d'ab initio perservó su madre* ⁴⁷.

Finalmente:

Se admitíssemos que o dramaturgo negou ou pôs em dúvida a faculdade, que o papa tem, de conceder indulgências, como poderíamos qualificá-lo de *verdadeiro e sincero crente, bom e puro católico, católico fervoroso, rigorosamente ortodoxo* ⁴⁸?!

⁴⁷ *Obras completas*, VI, p. 184. Cf. J. de CARVALHO, *obra cit.*, II, pp. 241-243.

⁴⁸ Cf. Júlio DANTAS nos lugares já citados (nota 43) e também n' *O Comércio do Porto* de 29-XII-1935.

IV

CONCLUSÃO

Em tudo o que ficou dito, não houve a pretensão de atenuar ou encobrir as atitudes de Gil Vicente para com o papa — atitudes que, como vimos, foram, por vezes, arrojadas. Houve, sim, o propósito de as considerar no seu contexto histórico e literário, e não apenas no isolamento dos trechos vicentinos que as exprimem.

E é por isso que não vejo razão para se dizer, com Teófilo Braga, que «Gil Vicente deve ser considerado como um precursor da Reforma em Portugal»⁴⁹, nem para admitir na sua obra influências luteranas, nem tão-pouco para o tachar de erasmista⁵⁰. Na verdade, mesmo quando se trata de explicar o arrojo maior de alguns textos vicentinos, a consideração do referido contexto põe à mostra a superfluidade e o exagero com que se recorre a tais aproximações ou influências.

À luz do contexto histórico e literário, devemos, antes, lembrar-nos da atávica mordacidade portuguesa, à qual me referi no começo

⁴⁹ T. BRAGA, *Gil Vicente e as origens do teatro nacional*, Porto, 1898, p. 324, a propósito do *Sermão* de Abrantes.

⁵⁰ Contra o pretenso erasmismo de Gil Vicente cf. J. MENDES, *obra cit.*, pp. 53-84, e *Brotéria*, XXV (1937), pp. 215-217, onde se apontam, como específicos do erasmismo, os assomos de heterodoxia a que Erasmo foi levado pela sua tendência liberal de conciliação ou transigência — ao contrário de Gil Vicente, que foi perfeitamente ortodoxo e se mostrou defensor intransigente da fé católica. Ainda contra o erasmismo de Gil Vicente, cf. J. de CARVALHO, *obra cit.*, II, pp. 207, 278, e A. E. BEAU, *obra cit.*, I, pp. 100, 102-103, 209-211.

deste trabalho; sabido que a posição de Gil Vicente nas cortes de D. Manuel e de D. João III foi a de um jogral ou histrião ⁵¹, devemos também lembrar-nos de que os bobos tinham privilégios extraordinários quanto a liberdade de linguagem, nomeadamente na corte de D. Manuel ⁵²; devemos ainda lembrar-nos de que, conforme ficou notado (p. 20), Gil Vicente, por vezes, aludindo aos romanos pontífices, não pretendia alvejá-los directa e exclusivamente; e, para compreendermos que a própria situação do dramaturgo o inibia de escrever qualquer insinuação ou alusão doutrinalmente menos ortodoxa, bastará não nos esquecermos de que a maioria das suas peças foi representada nas cortes de D. Manuel e de D. João III — de D. Manuel, a quem os papas Júlio II e Leão X ofereceram sucessivamente a «Rosa de Ouro» em atenção aos serviços por ele prestados na *propagação e defesa* da fé católica, e de D. João III, a cujo zelo Fr. Jerónimo de Azambuja atribuiu, no Concílio de Trento, o facto de não haver chegado a Portugal *nem uma centelha da heresia luterana* ⁵³.

E, se quisermos dar-nos à tarefa de comparar atitudes e linguagens críticas, há que ter, então, maior largueza de vistas, há que transcender o apertado âmbito da aproximação entre o nosso poeta, de um lado, e Erasmo ou Lutero, do outro. Com efeito, muitas foram, não só nos séculos XV e XVI, mas também já no século XIV, as figuras que, nada tendo de heterodoxo nem sendo erasmistas, no entanto se serviram de linguagem desassombradamente severa para com certos papas ou a respeito

⁵¹ Cf. Aubrey F. G. BELL, *obra cit.*, p. 161, C. MICHAELIS DE VASCONCELOS, *obra cit.*, p. 5, e Arlindo RIBEIRO DA CUNHA, *A língua e a literatura portuguesa* ⁶, Braga, 1963, pp. 195, 201.

⁵² Cf. ALMEIDA GARRETT, *Obras*, Porto, 1963, II, p. 1325 (*Introdução a Um auto de Gil Vicente*), e A. HERCULANO, *O bobo* ¹⁵, ed. D. LOPES, Lisboa, s. d., pp. 28-31. Quanto ao rei D. Manuel, eis o que se lê na *Crónica* de Damião de GÓIS, ed. cit., parte IV, cap. LXXXIV, p. 198: «Trazia cōtinuadamēte na sua corte choquarreiros castelhanos, cō hos motes, & ditos dos quaes folgaua, não porque gostasse tanto do que dizião, quomo ho fazia das dissimuladas reprehensões q̃ com geitos, & palauras trocadas dauão ahos moradores de sua casa, fazēdolhes conhecer has manhas, viços, & modos q̃ tinhã de q̃ se muitos tirauã, & emmēdauão, tomando ho q̃ estes truães dizião com graças, por spelho do que hauiam de fazer».

⁵³ Cf. Fortunato de ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal*, tomo III, parte II, Coimbra, 1915/1917, pp. 32-33, 551-554. Leia-se também Fr. Luís de SOUSA, *obra cit.*, I, pp. 305-306.

deles: tais foram, por exemplo, Dante, Álvaro Pais ⁵⁴, Santa Catarina de Sena ⁵⁵ e D. Fr. Bartolomeu dos Mártires ⁵⁶.

Entre as referidas personagens, atenção especial nos merece a primeira — Dante Alighieri —, por se tratar de um altíssimo poeta. Ora, no canto VII do *Inferno* ⁵⁷, encontramos nós estas palavras de Virgílio a Dante:

*Questi fûr cherçi, che non han coperchio
piloso al capo, e papi e cardinali,
in cui usa avarizia il suo soperchio;*

e, no canto XIX, ainda maior é a severidade e a extensão das referências críticas aos papas. Tudo isto, porém, não obsta a que vejamos em Dante um poeta profundamente ortodoxo. E é por isso que, longe de estranharmos, achamos, antes, louvável e nobre o gesto de Paulo VI, ao querer associar-se, com aplauso e admiração, às presentes comemorações centenárias do nascimento de Dante ⁵⁸.

⁵⁴ Foi, sucessivamente, penitenciário do papa João XXII e bispo de Silves. No *De planctu Ecclesiae* criticou Álvaro Pais, com grande liberdade, os abusos cometidos no governo da Igreja, sobretudo a venalidade e as exações fiscais, sem poupar os papas do seu tempo, «iguais aos predecessores em autoridade, mas não em santidade» (cf. Miguel de OLIVEIRA, *História eclesiástica de Portugal* ³, Lisboa, 1958, p. 160).

⁵⁵ Nomeadamente nas suas cartas a Gregório XI: cf. *Opere scelte di Santa Caterina da Siena*, II, Parma, 1843, pp. 131-180, e A. ALVES PEREIRA, na sua tradução de H. C. GRAEF, *Os místicos*, Coimbra, 1958, p. 293.

⁵⁶ Cf. Fr. Luís de SOUSA, *obra cit.*, I, pp. 296, 306-308. Na p. 219 lê-se a conhecida frase: *Illustrissimi et Reverendissimi cardinales indigent illustrissima et reverendissima reformatione*.

Quanto a esta frase, se é certo que ela «não se encontra na história de Sarpi nem na de Pallavicini» (cf. J. A. FERREIRA, *Fastos episcopais da igreja primacial de Braga*, III, Braga, 1932, p. 31), pelo menos condiz, no espírito e até, um pouco, na letra, com estoutras, bem documentadas, que traduzem o pensar do grande arcebispo no Concílio de Trento: «Fiat illustrissimum caput de Illustrissimis Cardinalibus, nam nos episcopi discimus ab illis et inferiores discunt a nobis»; «Cardinales reformatur in apparatu, pompa, familia, cultu exteriore»; «ponatur speciale caput de Cardinalibus, dicaturque eos esse primos clericos orbis sanctitate et scientia praecellentes et fiat reformatio, iuxta hanc sententiam» (cf. R. de ALMEIDA ROLO, *O bispo e a sua missão pastoral segundo D. Frei Bartolomeu dos Mártires*, Porto, 1964, pp. 316-317, notas 20 e 28).

⁵⁷ Vv. 46-48. Sirvo-me de *La divina commedia*, Milão (Lucchi), 1948.

⁵⁸ Cf., em *L'Osservatore Romano* de 15/16-XI-1965, a *Lettera di Paolo VI per la celebrazione dantesca*, assinada em 5-XI-1965.

O mesmo jornal do Vaticano, em seu número de 14/15-VI-1965, publicou um artigo de R. BISCETTI sob o título de *L'«Auto da Índia» rappresentato con successo in un*

Pois também com análogos sentimentos se podem os verdadeiros católicos associar às presentes comemorações vicentinas: é que «nem a fé católica do poeta foi menos sincera e menos resplandecente por ter escrito o *Auto da Feira* ou a trilogia das *Barcas*, nem a Igreja de há quatro séculos é a exemplar Igreja de hoje, digna do respeito universal pelo esplendor das suas virtudes evangélicas e pelo prestígio da sua acção política» ⁵⁹.

teatro della capitale e com o subtítulo *Gil Vicente: riscoperta di un drammaturgo*. Aí se podem ler observações como estas: «Come uomo di corte Gil deve soddisfare i gusti dei cortigiani e servire la politica reale, mentre la sua più intima finalità è di spronare gli altri ad un sincero amore di Dio e della patria. [...] Questa ambivalenza di intenzioni si manifesta anche quando il poeta censura certi atteggiamenti «clericali» ma insieme scrive un «Auto da Alma» che può considerarsi una delle migliori espressioni dell'arte gotica e del cristianesimo, profondamente ispirato al concetto medioevale secondo il quale la vita terrena è solamente un viaggio verso la vita eterna».

⁵⁹ J. DANTAS, n'O *Primeiro de Janeiro* de 11-III-1948.

biblioteca
municipal
barcelos



28621

Gil Vicente e o Papa